



ACÓRDÃO Nº1347/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11440/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Manaus Previdência – Manausprev.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Silvino Vieira Neto (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Rafael da Cruz Lauria - OAB/AM 5716, Eduardo Alves Marinho - OAB/AM 7413, Maurício Sousa da Silva - OAB/AM 9015, Felipe Carneiro Chaves - OAB/AM 9179, Mário José Pereira Júnior - OAB/AM 3731.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4592/2021, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Manaus Previdência - Manausprev. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Manaus Previdência - Manausprev, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Senhor **Silvino Vieira Neto**, Diretor – Presidente da Manausprev e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao Senhor **Silvino Vieira Neto**, Diretor-Presidente da Manausprev e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE.
- 10.3. **Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:
 - 10.3.1. Ausência de amortização dos bens intangíveis, uma vez que



ACÓRDÃO Nº1347/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

não se evidenciou o registro no Balanço Patrimonial, em cumprimento as recomendações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Pronunciamento Técnico CPC-04;

10.3.2. Ausência de reavaliação do ativo intangível registrado no Balanço Patrimonial no valor de R\$ 2.569.156,85, em cumprimento as recomendações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Pronunciamento Técnico CPC-04;

10.3.3. Ausência de esclarecimentos sobre quais as ações estão sendo tomadas pela Manausprev para evitar a situação deficitária que o Edifício Garagem vem apresentando, uma vez que se evidenciou que a despesa com referido imóvel é maior que as receitas auferidas;

10.3.4. Ausência de providências adotadas acerca da ausência de repasse da contribuição do ente federativo e dos servidores (Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores), referente ao exercício 2018, no valor de R\$ 27.850.467,14 (art. 24, § 1º, II, da ON SPPS/MPS nº 02/09, art. 5º, I, “a”, “b” e “c”, da Portaria MPS nº 204/08 e art. 1º, II, da Lei nº 9.717/98);

10.3.5. Ausência de informações sobre se o controle do benefício de pensão concedido aos filhos está sendo eficiente e eficaz, a fim de que não ocorra o pagamento de valores a beneficiários que já tenham atingido a idade de limite prevista em legislação para seu recebimento. Critério: art. 47, § 2º, I, da Lei Municipal nº 870/05;

10.3.6. Ausência de esclarecimentos sobre a manutenção do benefício de aposentadoria por invalidez está sendo revisada periodicamente, buscando identificar possíveis servidores que deixaram de portar a incapacidade que motivou sua aposentadoria e, portanto, poderiam retornar à atividade. Critério: art. 28, § 8º, da Lei Municipal nº 870/05;

10.3.7. Ausência de informações sobre se existe controle do servidor que atingiu a idade limite para se aposentar compulsoriamente. Critério: art. 29, parágrafo único, da Lei Municipal nº 870/05;

10.3.8. Ausência de justificativas para o desempenho da carteira de investimentos do Plano Financeiro, que iniciou o exercício com R\$ 39,3 milhões e encerrou com R\$ 35,8 milhões. Portanto, houve decréscimo da carteira na monta de R\$ 3.500.000,00. Critério: art. 1º, I, da Resolução CMN nº 3.922/10;

10.3.9. Considerando que a despesa mensal com pagamento de benefícios previdenciários, no valor de R\$ 4.885.085,78, superou a receita mensal de contribuição previdenciária líquida (excluindo a taxa de administração), de R\$ 4.422.613,08, ausência de apresentação de providências adotadas para reverter a situação deficitária do Fundo Previdenciário - FPREV. Critério: art. 1º, caput, da Lei nº 9.717/98;

10.3.10. Ausência das providências adotadas com relação aos fundos problemáticos que compõem a carteira de investimentos, relacionados abaixo, que consumiram R\$ 59.895.650,54, dos recursos da Manaus



ACÓRDÃO Nº1347/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Previdência. Critério: art. 58 da LRF;

10.3.11. Ausência de justificativas para o resgate dos recursos do Fundo Financeiro - FFIN e do Fundo Previdenciário - FPREV para pagamento de consignações e do PASEP, considerando que os referidos pagamentos deveriam ser custeados pela taxa de administração, conforme abaixo. Critério: art. 13, § 2º, III, da Portaria nº 402/08;

10.3.12. Ausência de justificativas para a aplicação de recursos no Meta Valor Fundo de Investimento de Ações, CNPJ 07.899.238/0001-40, no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), considerando que o administrador do fundo, BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A., CNPJ 02.201.501/0001-61, está respondendo processo administrativo sancionador, instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

10.3.13. Ausência de justificativas para a avaliação dos investimentos exclusivamente pela marcação a mercado e não a combinação desta marcação com a da curva. Critério: item 132 da IPC 14;

10.3.14. Considerando que 32% (317 + 2.180 + 8.124)/32.245 do quadro do pessoal da Prefeitura de Manaus em 2018 é formado por servidores vinculados ao RGPS, explicar as ações que a Manaus Previdência realizou e/ou sugeriu junto ao Poder Executivo para aumentar o percentual de servidores vinculados ao RPPS em prol do princípio constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial (art. 40 da CF/88);

10.3.15. Ausência de justificativas para o percentual de 33% (29/88) do quadro de pessoal da Manaus Previdência em 2018, o qual é composto por servidores não efetivos em desacordo com o princípio constitucional do concurso público. Critério: art. 37, II, da CF/88;

10.3.16. O Projeto Básico não foi elaborado por profissional legalmente habilitado com o registro ART ou RRT, junto ao respectivo Conselho, conforme Lei nº 6.496/77, art. 1º e art.2º; Res. do CONFEA nº 361/91, art. 7º;

10.3.17. No processo licitatório consta os documentos de Minuta de contrato e/ou instrumento contratual com as informações preliminares requeridas, no entanto no Contrato não se identifica o número da licitação que originou a contratação, conforme Lei nº 8.666/93, art. 61;

10.3.18. Não foi emitido tempestivamente anotação ART/RRT de fiscalização da obra ou serviço de engenharia, conforme Lei 8.666/93, art. 58, III, c/c art. 67, caput; Lei 6.496/77, arts. 1º e 2º; Lei 5.194/66, art. 7º, 'e' c/c Res. CONFEA 1.010/05, art. 5º;

10.3.19. Ausência do Diário de obras ou documentação equivalente com registros de acompanhamento da fiscalização, conforme Lei 8.666/93, art. 67;

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da



ACÓRDÃO Nº1347/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de agosto de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES

Procuradora-Geral, em substituição